



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00. Audição da Ministra da Saúde, requerida pelo PSD, sobre «a degradação da situação económico-financeira dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde»;

10:00. 2.ª Audição regimental da Ministra da Saúde, sobre «Política geral de saúde».

14:00. Discussão e votação do parecer relativo ao P.JL 995/XIII/4.ª sobre a «Manutenção e abertura de farmácias nas instalações dos hospitais do Serviço Nacional Saúde» - Autor do parecer: Deputado Luis Graça.

09:00 Audição da Ministra da Saúde, requerida pelo PSD, sobre «a degradação da situação económico-financeira dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde»

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos cumprimentando a Ministra da Saúde, Marta Temido, que veio acompanhada pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, e pela Secretária de Estado da Saúde, Raquel Duarte.

Deu a palavra ao Deputado Cristóvão Simão Ribeiro, para apresentar o requerimento.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro, depois de cumprimentar a Ministra e os Secretários de Estado, apresentou o requerimento, que pretende questionar a Ministra «a propósito da degradação da situação económico-financeira dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde» de 2014 para 2016, tal como está referido na auditoria do Tribunal de Contas à Conta Consolidada do Ministério da Saúde. Notícias recentes falam de um «acentuado agravamento, nos últimos anos, dos resultados operacionais negativos dos Hospitais do SNS, bem como dos respetivos prejuízos». Disse que o atual governo tem responsabilidade na atual situação, e que no último ano da Legislatura pretende desenvolver um novo modelo de gestão hospitalar «reforçando a autonomia gestonária das administrações hospitalares, adequando mais os seus orçamentos à dimensão e à eficiência da sua atividade e responsabilizando os



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

gestores, através de incentivos e penalizações baseados no desempenho assistencial, económico e financeiro dessas mesmas unidades hospitalares». Mas no entender do PSD «importa aquilatar bem as consequências adjacentes à implementação do referido modelo, assegurando que o mesmo não gerará ineficiências indesejáveis». É inegável a degradação da situação financeira dos hospitais e as sucessivas greves na saúde são um sinal de descontentamento da situação existente, considerando que este Governo «não está a gerir o SNS, está a mutilar o SNS». Falou do montante da dívida acumulada, do descontentamento dos profissionais e dos cidadãos, do subfinanciamento do SNS e das cativações, a que acresce o cancelamento das cirurgias por via das greves. Referiu que o Primeiro-ministro anunciou que as cirurgias canceladas seriam realizadas no primeiro trimestre de 2019, perguntando se a Ministra mantém este horizonte temporal e com que verbas.

O Deputado António Sales entende que este requerimento mostra que o PSD já iniciou a campanha eleitoral, revelando que não tem sentido de oportunidade, pois a iniciativa só se justifica por mero oportunismo político. Considera que há uma expectativa de melhoria financeira no próximo ano, tendo em conta o reforço financeiro do OE 2019. Lembrou que já se encontram disponíveis os dados da auditoria do TC referente a 2017, que contrariam a narrativa do PSD, porque mostram uma melhoria no acesso à saúde. Sobre o novo projeto de modelo de financiamento dos hospitais, aguarda mais informações.

O Deputado Moisés Ferreira começou por referir que uma discussão séria sobre este assunto levaria a encontrar formas de melhorar o financiamento do SNS e a fazer mais investimento. Perguntou ao PSD se estaria disponível para acompanhar propostas para, por exemplo, combater o monopólio da hemodiálise e da produção de medicamentos, criando instituições públicas capazes de dar uma resposta adequada, assim se deixando de depender dos privados.

A Deputada Isabel Galriça Neto frisou que a saúde não é uma prioridade para este Governo, o que é preocupante. Está-se numa situação de greve, há orçamentos com suborçamentação, aumentam os tempos de espera no acesso, há dirigentes que se demitem ou ameaçam demitir-se, está à vista o impacto da implementação das 35 horas no SNS e o Governo desvaloriza os problemas reais dos portugueses. É preciso que os resolva, apresentando respostas concretas, a fim de garantir a sustentabilidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

do SNS. Perguntou à Ministra o que é que pensa fazer para quebrar o aumento do endividamento e para aumentar o investimento em equipamento, nomeadamente para substituir o que está obsoleto. Como Governo têm de tomar decisões.

A Deputada Carla Cruz referiu que se tem assistido nesta audição à tentativa de branquear as responsabilidades da direita quanto ao SNS e o que pretendem não é o seu reforço, mas o aumento da intervenção dos privados na saúde. De facto, houve um acréscimo das transferências para o SNS, mas ainda são insuficientes. Chegam-lhe relatos das dificuldades, designadamente da falta de equipamentos e do pagamento em atraso aos médicos dentistas. Enfatizou que não há propostas concretas do PSD e do CDS-PP para resolver os problemas, realçando que votaram contra as propostas apresentadas pelo PCP. Questionou a Ministra sobre quais os passos a dar para resolver a dependência do SNS dos privados e quais as prioridades a seguir.

A Ministra da Saúde agradeceu as questões, começando por fazer referência à evolução da dívida e dos pagamentos em atraso, sublinhando que desde o início de 2018 os Hospitais EPE viram os seus capitais reforçados em diversos períodos, sendo parte desse montante para amortizar dívida vencida. Informou que está em preparação um projeto com os instrumentos de gestão, na base do qual os hospitais serão integrados em grupos: os de eficiência elevada (neste grupo constam nove hospitais e duas ULS), os de eficiência média e os de eficiência baixa (necessitando estes de um acompanhamento mais intenso para melhorarem os seus níveis de eficiência). Não nega a existência de problemas, designadamente os resultantes das reivindicações dos enfermeiros e dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, esclarecendo que tem mantido o diálogo com os sindicatos, havendo sinais de aproximação. Considera que a greve dos enfermeiros é uma greve cruel porque se vira contra os mais fracos, que são os doentes, e não contra a entidade patronal, o Estado. Deu nota de que as quase cinco mil cirurgias adiadas pela greve serão reagendadas pelos cinco hospitais afetados pela greve dos enfermeiros. Informou que o SNS realiza anualmente mais de 500 mil cirurgias. Esclareceu que o investimento plurianual foi identificado como o melhor, quer pelas pessoas que estão no terreno quer pelas instituições. Sobre o possível pedido de demissões no Hospital da Estefânia, segundo notícias daquela manhã, ainda não se pode pronunciar, realçando



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

que o hospital oriental de Lisboa resolveria as situações preocupantes, como as do Hospital da Estefânia. Realçou que é necessário fazer um esforço em dois sentidos, melhorar a sua eficiência e reforçar o financiamento à medida das possibilidades.

O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde complementou a resposta da Ministra.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro interpelou a Mesa para informar que o PSD apresentou um requerimento para ouvir a Estrutura de Missão do SNS, tendo o Presidente informado que essa audição será agendada para o dia 9 de Janeiro. O Deputado informou ainda que o PSD irá apresentar um requerimento sobre o adiamento das cirurgias.

A gravação e o vídeo desta audição poderão ser acedidos [aqui](#).

10:00 - 2.ª Audição regimental da Ministra da Saúde, sobre «Política geral de saúde»

A Ministra da Saúde, na sua [apresentação](#), começou por referir as iniciativas tomadas para reforçar o SNS, designadamente no âmbito dos programas prioritários de saúde, dos cuidados de saúde primários e hospitalares, dos cuidados continuados integrados e dados da atividade assistencial. Sobre os pontos atrás referidos enfatizou que o Governo vai cumprir a meta de abrir 30 USF' modelo A e 20 modelo B até final do ano, que vai ser aberto concurso para os recém-especialistas, prevendo-se que 113 vagas são destinadas a medicina geral e familiar, que prepara o projeto de reforço da autonomia dos EPE da saúde, com a correção do subfinanciamento e medidas de gestão mais eficiente e que nos cuidados continuados está autorizada a abertura de 178 camas, e na atividade assistencial houve um aumento de consultas médicas, de consultas de enfermagem e de outros técnicos de saúde nos cuidados primários, bem como o aumento de consultas médicas e o aumento de cirurgia do ambulatório nos cuidados hospitalares. A propósito das greves dos enfermeiros e dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, referiu que tem reunido com os sindicatos, mas ainda não foi possível chegar a acordo e atender às reivindicações dos profissionais, continuando o Governo a estar aberto para encontrar uma solução. Informou que a proposta de uma nova lei de bases da saúde irá a Conselho de Ministros na próxima quinta-feira, seguindo depois para a Assembleia da República. Numa primeira ronda usaram da palavra para analisar e colocar questões os Deputados Ricardo Baptista Leite, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

e Carla Cruz, a que a Ministra da Saúde respondeu, no final de cada interpelação, tendo as respostas sido complementadas pelos Secretários de Estado.

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados Luís Vales, Jamila Madeira, Jorge Falcato Simões, Teresa Caeiro e Carla Cruz, a que a Ministra da Saúde respondeu em conjunto, respostas que foram complementadas pela Secretária de Estado da Saúde.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Fátima Ramos, João Marques, Moisés Ferreira, Ana Rita Bessa, João Dias, Ângela Guerra, Marisabel Moutela, Fernando Barbosa, Álvaro Castello-Branco, Jorge Machado, Isaura Pedro, Elza Pais, Sandra Cunha, Teresa Caeiro, Diana Ferreira, José António Silva, Luís Graça, Isabel Galriça Neto, Paulo Sá, Sara Madruga da Costa, Ana Mesquita, Ana Sofia Bettencourt, Carla Cruz, António Topa, Duarte Marques, Helga Correia, José Carlos Barros, Nilza de Sena e Laura Magalhães, tendo a Ministra da Saúde respondido às questões colocadas, que foram completadas pela Secretária de Estado da Saúde.

○ Presidente agradeceu a vinda da Ministra e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

A gravação e o vídeo desta audição poderão ser acedidos [aqui](#).

14:00 Discussão e votação do parecer relativo ao P.J.L. 995/XIII/4.ª sobre a «Manutenção e abertura de farmácias nas instalações dos hospitais do Serviço Nacional Saúde» - Autor do parecer: Deputado Luis Graça

O Deputado Luis Graça apresentou o Parecer na generalidade relativo ao P.J.L. 995/XIII/4.ª sobre a «*Manutenção e abertura de farmácias nas instalações dos hospitais do Serviço Nacional Saúde*». Saudou os mais de 23 mil cidadãos que, ao apresentaram a presente iniciativa, reforçam a intervenção participativa. Referiu que o objeto da iniciativa se enquadra na competência legislativa da Assembleia da República e que a iniciativa assume a forma de projeto de lei. Deu nota do objeto, motivação e conteúdo da iniciativa e absteve-se de manifestar a sua opinião, reservando a sua posição para Plenário. Concluiu considerando que é de parecer que a iniciativa reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais para ser apreciada e votada em Plenário.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Ângela Guerra felicitou o Deputado pela elaboração do Parecer, reservando a sua posição para o debate em Plenário.

Os considerandos e conclusões do Parecer foram colocados à votação, sendo aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

A reunião foi encerrada às 15:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, que depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 dezembro 2018.

O PRESIDENTE



(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 145/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
Adão Silva
Álvaro Castello-Branco
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
António Topa
Diana Ferreira
Elza Pais
Fernando Manuel Barbosa
Helga Correia
Jamila Madeira
João Dias
Jorge Machado
José Carlos Barros
Laura Monteiro Magalhães
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Paulo Sá
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa

Faltou o Senhor Deputado: José Luís Ferreira

